

21-F
4-A

S

ben
H. P. P.
R. S.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 37

Aos nove dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro para a Sessão ordinária do mês de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretário, este último em substituição do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Artur José Lopes Lobo, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Alberto Simões Barbosa e Sérgio Costa Esperança.

Pelas 18,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Ferando Tavares Marques, Élio Manuel Delgado da Maia, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Vitor Manuel da Silva Martins, Francisco

Manuel Alves da Costa Braga, Raul Ventura Martins, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, João Ferreira da Peixinha, Fernando António Portela Rocha Andrade, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Diogo Manuel Soares Machado, Libério da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Artur da Rosa Pires, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Élio Manuel Delgado da Maia, Jorge Manuel do Nascimento, Sérgio Costa Esperança, Joaquim da Silveira A. Calheiros da Silveira, Manuel Arede de Jesus e José Ferreira de Almeida, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra deu nota de uma carta do Vogal Francisco Costa Braga, na qual solicita a antecipação para esta data, do fim da suspensão do seu mandato como Vogal desta Assembleia, uma vez que cessaram os motivos da referida suspensão.

Deu também nota de correspondência remetida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, informando que a mesma fica à disposição para consulta dos Srs. Deputados Municipais, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir submeteu à discussão e votação da Assembleia as seguintes actas:

ACTA Nº 28 - Submetida à discussão, usou da palavra o Vogal Sérgio Esperança, para fazer a seguinte rectificação: no último parágrafo da página treze, onde por lapso de diz uma abstenção da CDU, deve dizer-se um voto contra da CDU, como aliás consta da minuta da Acta aprovada nesta reunião. Posta à votação, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e três votos a favor e duas abstenções;

ACTA Nº 29 - Submetida à discussão, não se registaram intervenções. Posta à votação, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e três votos a favor e duas abstenções;

ACTA Nº 30 - Submetida à discussão, não se registaram intervenções. Posta à votação, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e quatro votos a favor e uma abstenção.

Imediatamente a seguir entrou-se no período Regimental de antes da ordem do dia:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

João
Ferreira
Almeida

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa, para cumprimentar todos os Partidos representados neste órgão, pela forma como de uma maneira geral decorreu a campanha eleitoral para as eleições legislativas e, cumprimentar particularmente o Partido Socialista, pelo resultado atingido nas votações. disse que esta sua intervenção poderá parecer um tanto formal, todavia, salientou que não queria que fosse tida unicamente como um acto formal. Acrescentou que a vida política nacional deve interessar a todos os cidadãos e, um órgão como este, que tem representação a nível concelhio das forças políticas de maior dimensão, entende que um acto como o que acabou de ocorrer no nosso país, não pode de forma nenhuma deixar de ser referenciado.

Seguidamente formulou votos para que o Partido Socialista possa tirar partido da votação que teve, em prol do país, conseguindo manter uma governação equilibrada, com a dinâmica que certamente irá imprimir à sua governação e também, com o contributo que os outros Partidos lhe irão dar, através de uma oposição que deve ser activa, dinâmica, mas com o senso político que é imperioso manter para que haja estabilidade política.

Finalmente, considerou que por parte desta Assembleia, tem sido feito um esforço para que a vida política decorra nessas condições a nível autárquico. Considerou ainda que esta Assembleia deve continuar a fazer esse esforço e deve de todas as formas dar o seu contributo e manifestar-se em favor de uma actividade política a nível nacional que permita fazer o país singrar e andar para a frente.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Joaquim Abreu e José Ferreira de Almeida.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Joaquim Silveira, começou por referir que o Partido Socialista não pode deixar de se congratular com os resultados obtidos no acto eleitoral, nem deixar de agradecer as palavras amáveis dirigidas pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Salientou que o Partido Socialista ao tomar a palavra neste órgão através da sua pessoa não pretende de forma alguma vir aqui

cantar vitórias, mas sim, congratular-se pelo civismo demonstrado pelo Povo, quer durante a campanha eleitoral, quer mesmo após os resultados das eleições. O Partido Socialista congratula-se também pela forma democrática como os seus adversários políticos souberam aceitar os resultados; pelas atitudes que provam claramente que o espírito democrático em Portugal se encontra firme e perfeitamente enraizado no Povo; pela concretização da alternância democrática do poder, que só foi possível porque o Povo compreendeu o apelo e, o Partido Socialista disso se orgulha.

Prosseguindo, salientou que não está apenas a pensar nas mudanças enormes que irão acontecer a nível do Poder Central, mas, como membro desta Assembleia está a pensar nas mudanças que irão acontecer nas relações entre o Poder Central e o Poder Local; está a pensar por exemplo na transferência das verbas previstas na lei, do Poder Central para o Poder Local, que acontecerão em tempo útil e na medida em que a lei o determinar; está a pensar no desenvolvimento da ideia da regionalização que irá finalmente acontecer; está a pensar no diálogo entre o Poder Central e o Poder Local, há tanto tempo arredado das práticas do Governo que agora cessará funções, diálogo esse que irá ser instaurado, em suma, referiu que por tudo isto o Partido Socialista se congratula.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais José Maria Dias da Silva e Olinto Ravara.

No uso da palavra o Vogal Filipe Neto Brandão, congratulou-se pelos resultados obtidos pelo Partido Socialista nas eleições legislativas e corroborou as palavras proferidas pelo seu colega de bancada Joaquim Silveira.

Seguidamente, disse aguardar explicações formais da Câmara Municipal, relativamente a uma carta enviada à Câmara pelo munícipe Sr. Brasilino Godinho, contribuinte e gerente de um gabinete de prestação de serviços de arquitectura e engenharia, sediado em Aveiro, na qual, este munícipe, manifesta o seu desencanto e inconformidade, pela prática administrativa que a Câmara Municipal e os seus serviços técnicos têm vindo a seguir nos últimos vinte anos, no que concerne à contratação de estudos, projectos e obras públicas a cargo do município e a outros aspectos correlativos.

Finalmente e no que respeita ao Pelouro de Obras, referiu que mais uma vez dirigirá uma palavra de vitupério, pela inacção que

tem demonstrado, porquanto já por várias vezes tem denunciado nesta Assembleia que em matéria de licenciamento de obras, não se têm respeitado alinhamentos, planos e cérceas, não havendo também uma actuação por parte da Fiscalização Municipal, sobre os infractores, tendo em vista modificar este estado de coisas, pelo que solicitou também explicações sobre esta matéria.

Usou também da palavra o Vogal Diogo Machado, para dar os parabéns ao Partido Socialista pela vitória alcançada nestas legislativas e congratular-se com os resultados obtidos pelo Partido Popular, o qual, teve uma subida significativa nestas eleições.

Neste momento deu entrada na sala a Vogal Virgínia da Silva Veiga.

No uso da palavra o Vogal Joaquim Abreu, alertou a Câmara Municipal, para o facto de, na lixeira municipal, estarem a ser efectuadas obras clandestinas levadas a cabo por elementos de etnia cigana, acrescendo a isto o facto de ser notório a prática de tráfico de estupefacientes naquele local com todas as consequências nefastas que daí advêm. Informou que há dois meses eram cinco ou seis casas e hoje já lá se encontram doze. Querendo saber por isso, quais as medidas que a Câmara pretende tomar par pôr cobro àquela situação.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Barbosa, fez a seguinte intervenção: - "Sr. Presidente da Câmara, no próximo domingo dia 15, vai passar-se em Aveiro a 1ª Meia Maratona Internacional Rota da Luz, segundo se consta foi uma iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro.

Tem um itinerário dentro do concelho de Aveiro e concelho de Ílhavo. Conforme pode ver-se no programa nota-se uma promoção Rota da Luz - Costa de Prata. A Câmara Municipal de Aveiro não se vê.

Gostaria de ser informado do seguinte:

Qual o custo desta Meia Maratona. Qual o valor em escudos dispendido por:

Câmara Municipal de Aveiro, Câmara Municipal de Ílhavo, Rota da Luz e Costa de Prata.

Sr. Presidente: estamos em Outubro de 1995 e a Câmara de Aveiro como é óbvio prepara-se para elaborar o Plano para 1996.

É de lamentar que o Plano referente à Freguesia da Vera-Cruz vai ser sensivelmente a cópia do anterior.

Dou exemplo de arranjos de pequenos valores, que não foram feitos: Capela da Sr^a da Alegria; Fonte, o painel de Zé Augusto ainda não foi aprovado porquê? não custa mais de 1500 contos. Arranjo da Zona-Paragem de Autocarros em frente dos Armazéns de Aveiro, não foi aprovado porquê? não custa mais de 1500 contos. Esta paragem de autocarros é uma vergonha para a cidade, principalmente da má imagem que dá ao centro da cidade. Arranjo da Fonte da Praça do Peixe - há um ano disseram que iam arranjar; continua na mesma. Façam uma declaração pública a dizer que esta Fonte não é para deitar água. Há um ano disseram que fizeram um protocolo com a J.A.P.A. para o arranjo da margem do Canal de S. Roque; hoje concluímos que não passou de um protocolo. Será que se vai passar o mesmo com o arranjo do Canal Central?

Sr. Presidente da Câmara e Sra. Vereadora da Cultura e Ambiente, V. Ex^{as} passam obrigatoriamente pelo Viaduto de Esgueira. Se V. Ex^{as} olharem para o lado direito da entrada do Viaduto, vêm um cano preto de despejo de águas, a tapar os painéis de azulejo que estão ali colocados. Será uma nova forma paisagística do ambiente ou será considerado uma obra abstracta. Há dois meses foram colocados na Praça Joaquim de Melo Freitas, uns candeeiros pesados, sem gosto, sem sensibilidade para o meio e em quantidade exagerada. Será que vão retirar alguns? Já agora Sr. Presidente, sabe porque é que ao fim de dois anos estes candeeiros não dão luz? eu respondo: a EDP ainda não tem conhecimento oficial. Ando há ano e meio a pedir a colocação de areia ou gravilha no parque infantil que existe em frente à Escola nº 2 da Vera-Cruz; o chão é cimento puro. Não tem havido vontade na colocação de areia.

Sr. Presidente, tenho que declarar nesta Assembleia que, se alguma coisa acontecer às crianças que ali brincam a responsabilidade será totalmente da Câmara.

Isto demonstra que de facto esta Câmara está de costas voltadas para a Freguesia de Vera-Cruz. Tenho visto arranjar passeios em zonas que ficam à frente de matagais; em zonas habitacionais como Sá-Barrocas e Forca Vouga pouco se faz. A Forca-Vouga, foi anunciada como o ai Jesus desta Câmara. Tinha muito mais para dizer, mas em assuntos considerados do plano de 1995 fico-me por aqui.

Mais uma vez volto à carga sobre os Parcómetros da Av. Dr. Lourenço Peixinho.

Para quando um cartão a beneficiar os moradores que têm direito.

Srs. Vereadores da oposição, principalmente aqueles que me dizem respeito. Façam aprovar uma proposta a este respeito. Na altura da discussão da colocação dos Parcometros, o Sr. Vereador de então, disse que andou a ver pelo país como se passava a situação dos moradores. Se viu, enganou esta Assembleia, se não viu, andou a passear por conta do erário público.

Tenho aqui a Postura dos Parcometros na cidade de Braga, os moradores não foram esquecidos, assim como por exemplo, S. João da Madeira, Espinho, Guimarães, Estarreja etc..

Srs. autarcas façam alguma coisa pelo bem estar dos moradores desta cidade."

Usando seguidamente da palavra o Vogal Sérgio Esperança, chamou atenção para que de futuro haja um maior cuidado na entrega da documentação aos membros desta Assembleia, já que muitas vezes tem encontrado a documentação correspondente aos pontos da ordem de trabalhos, à porta de sua casa, com risco de extravio, presumindo que isto não acontece só consigo, mas acontecerá também com outros membros da Assembleia, tornando-se portanto necessário, que se encontre uma forma mais expedita de fazer chegar os documentos às mãos dos Deputados municipais, quando estes não se encontrem em casa e as caixas do correio sejam insuficientes para receber toda a documentação enviada.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, chamou atenção da Câmara para o facto de ter autorizado a construção de um edifício de linhas modernas, numa Rua junto ao Teatro Aveirense, no meio de um conjunto arquitectónico de bom gosto e no qual o edifício em causa não se enquadra mínimamente. Considerou que a Câmara Municipal deveria de estar atenta a estas situações, não deixar implantar construções deste tipo em determinadas zonas, pois caso contrário não vale a pena andar a elaborar Planos Directores Municipais, uma vez que não se cumprem as directivas estabelecidas.

Relativamente ao Monumento ao Marnoto, chamou atenção para a necessidade de se repôr de uma vez por todas a estética e a funcionalidade daquele monumento, pois ultimamente, segundo queixas do seu autor, a Câmara não tem feito uma manutenção adequada do mesmo, nomeadamente no que respeita ao sistema de bombeamento de

água, encontrando-se o mesmo sem funcionar há já bastante tempo, tornando-se por isso urgente que se tomem medidas adequadas com vista a que tais inconvenientes sejam ultrapassados.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Manuel António chamou atenção para os carros que se encontram abandonados quer na Freguesia de Esgueira, quer na própria cidade, estimando esse número em cinquenta carros; acrescentou também que, se estes carros estivesse estacionados em parcómetros, renderiam à Câmara Municipal cinquenta contos por dia, anualmente somariam uns milhares de contos, e, estão ali abandonados, podendo essas verbas reverter em favor de todos os munícipes, se os carros estivessem estacionados nos parcómetros. Considerou também que esta questão dos carros abandonados prende-se com muitas outras que têm a ver com o trânsito citadino, salientando que pelo menos há três anos se vem falando nesta Assembleia que é necessário haver uma reunião extraordinária deste órgão para debater a problemática do trânsito, todavia a Câmara tem vindo a adiar esta questão e nunca encarou devidamente o problema do trânsito na cidade.

Seguidamente no uso da palavra a Vogal Virgínia da Silva Veiga, disse que gostaria de secundar a intervenção relativa à escultura do artista Quintas (Monumento ao Marnoto). Considerou que é lamentável que haja um artista nesta cidade que tenha o seu monumento, que é um monumento de todos nós, e, em plena época alta do ponto de vista turístico, não se solucione o problema da sua manutenção, até porque o custo é extremamente baixo. Salientou que é de lamentar que a Câmara não tenha solucionado este problema até ao momento, o que faz com que quase todos os deputados municipais estejam a ser procurados pessoalmente pelo artista em causa, solicitando quase que por amor de Deus, que reivindicuem por ele, junto da Câmara, uma coisa a que teria total direito como autor e, sobretudo como autor aveirense.

Usando seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Mesa, disse que em relação à questão levantada pelo Vogal Sérgio Esperança, de facto já também tinha verificado esse problema; todavia considerou-o de difícil resolução, mas salientou que a Mesa irá procurar resolver o assunto em colaboração com a Câmara Municipal, uma vez que quem faz a distribuição da correspondência, não é o Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal, mas são os serviços camarários, uma

vez que este órgão não tem pessoal para esse efeito. Acrescentou que a Mesa desta Assembleia irá envidar todos os esforços para que de futuro tal situação não se venha a repetir.

Seguiu-se no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para prestar vários esclarecimentos às questões que foram levantadas pelos diversos Vogais, comprometendo-se dentro daquilo que fôr possível à Câmara, assumir a resolução dos problemas levantados, nomeadamente as construções clandestinas levadas a efeito por elementos de etnia cigana, junto à lixeira municipal, a Câmara tem conhecimento do que se está a passar e está já a desenvolver diligências com vista à resolução do problema; relativamente à Meia-Maratona de Aveiro, informou que a Câmara Municipal está apenas comprometida com uma verba de mil contos. Fez também uma referência à falta de verbas com que a Câmara se debate, e que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz o visita todos os dias e que sabe das dificuldades com que a Câmara se debate para apoiar financeiramente as várias Juntas de Freguesia, nomeadamente Vera-Cruz.

Relativamente ao Monumento ao Marnoto, disse que a Câmara também está preocupada com o problema, do ponto de vista técnico não sabe o que é que se tem passado, sabe apenas que se reparou alguns mecanismos que estavam avariados, e que neste momento já está tudo a funcionar.

No que se refere à habitação social, informou que se encontra em vias de conclusão o complexo social de Mataduços, prevendo que o mesmo se encontre concluído dentro de um mês. Acrescentou que uma parte das habitações sociais de Eixo, também estarão prontas dentro de mais ou menos um mês. Ainda dentro do âmbito da habitação social, foram feitas três propostas de financiamento ao INH, para construção deste tipo de habitação nos lugares de Quintans, S. Jacinto e Eirol; referiu ainda que existem também outros terrenos em carteira, para fazer propostas ao INH.

Novamente no uso da palavra o Vogal João Barbosa, disse que não é correcta a afirmação do Sr. Presidente da Câmara, quando dias que o visita todos os dias, já que a última vez que este Vogal esteve na Câmara foi há mais de mês e meio.

Finalmente referiu que o Sr. Presidente da Câmara, responde muitas vezes às questões que as Juntas levantam, com a

falta de dinheiro; por isso salientou que, as pequenas obras que deu como exemplo, custavam menos à Câmara do que custou uma excursão a Vigo a expensas da Câmara, a levar as pessoas às compras ao Corte Inglês.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 22,00 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, José Alberto Martins de Carvalho, em substituição do titular eleito, Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Artur José Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha e João Alberto Simões Barbosa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, José Fernandes Pereira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Vitor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Libério da Silva Santos e Sérgio Costa Esperança.

Terminado o período de antes da ordem do dia, entrou-se na ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**PONTO 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL**

NOTA. - A Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma, faz apenas parte integrante do original desta acta.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação da Comunicação supra e para destacar alguns aspectos mais importantes da actividade municipal no decurso deste trimestre, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Filipe Neto Brandão, referiu-se à importância que terá para o desenvolvimento da região de Aveiro a transformação do IP5 Aveiro/Vilar Formoso, em auto-estrada, salientando que a Câmara Municipal não pode deixar fugir esta oportunidade, devendo por isso desenvolver esforços junto da administração central com vista a reivindicar para Aveiro a concretização desta obra.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Martins.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, começou por dizer que, desta Comunicação do Sr. Presidente, reteve dois assuntos que lhe parecem importantes: um deles é a questão da Universidade e o outro é a questão do PROT, este último, relacionado com um problema mais vasto que enquadrará outro PROT que é a regionalização.

Em relação ao primeiro assunto, disse lamentar que um caso que causou mágoa à cidade, à Câmara e à Universidade tenha sido de novo suscitado, e dentro de uma forma muito incómoda. Referiu que não está em condições de apontar responsabilidades ocultas, nem julga que isso fosse muito saudável; para este Vogal tudo começou por uma questão que, numa linguagem prosaica poder-se-ia definir como: "quem é o dono da quinta?", tudo começou por isso. Na altura, o dono da quinta toda a gente sabia quem era ou quem podia ser, salientando que tudo isto resultou num dossier que não é honroso para ninguém -

nem para a Universidade, nem para a Câmara Municipal, e que, francamente, pensava que estivesse definitivamente encerrado.

Prosseguindo, referiu que a Universidade de Aveiro, tal como foi o Porto de Aveiro, tem que ser a menina dos olhos desta cidade, não porque seja preciso que a Câmara levante os holofotes sobre a Universidade, mas porque ela é já de facto uma obra ímpar no país. A Universidade de Aveiro, está ao nível do melhor que há no nosso país, do melhor que há na Península Ibérica; poderá ser em breve do melhor que há na Europa. Disse supôr também que não há necessidade de se definir territórios entre a Universidade e a Câmara Municipal; a Universidade está em Aveiro, a cidade é administrada e gerida pela Câmara, a partir desta ideia e mais duas ou três, considerou que é possível construir-se uma porta de convívio salutar e um futuro entusiasticamente colaborante entre a Universidade e a Câmara. Assim, salientou que a sua posição é tão só de fazer votos, para que o passado tenebroso de relacionamento entre a Câmara Municipal e a Universidade, seja de uma vez por todas banido.

Referindo-se ao PROT, disse que normalmente os níveis de planeamento e os níveis de pormenor de um PROT e de um PDM, são rigorosamente distintos, o nível de planeamento de um PROT é muito mais geral, tem que ter muito mais de estratégico do que um PDM, apesar de um PDM também ser um documento projectado para cinco ou dez anos, todavia, se estes planos colidirem já, é porque estão naturalmente mal elaborados.

No âmbito da regionalização, disse que a cidade de Aveiro vai ser o nogórdio da regionalização, já que Coimbra e Porto querem Aveiro. Porém, Aveiro não quer Coimbra, Aveiro não quer o Porto e, pode acontecer em Aveiro aquilo que já aconteceu, que não é inédito, porque regionalizações já foram feitas em muitos países, há vinte, trinta, quarenta anos, e, situações como as que podem ocorrer em Aveiro já aconteceram nesses países e tiveram como resultado, coisas deste tipo: uma cidade como Aveiro ficar dividida entre duas regiões, entre dois poderes, podemos estar a caminhar para uma situação dessas. Isto aconteceu por exemplo em França com a cidade de Lyon e o problema demorou muitos anos a resolver. Aveiro está de facto numa situação em que tem que se pôr em "bicos de pés" para ter uma palavra quanto à regionalização. Dirigindo-se aos Deputados Socialistas, lembrou que a regionalização em Portugal é uma questão que nasceu

ao contrário; nos países onde se fez regionalização, ela fez-se, porque o povo, as pessoas, os cidadãos, as associações, pediram a regionalização, exigiram a regionalização, e, só depois de dez ou vinte anos, da sociedade civil reclamar a regionalização, é que alguns políticos começaram a perceber que era necessário fazer a regionalização, e então o problema foi discutido no Parlamento e aí decidido. Em Portugal como sabem, quem começou a falar na regionalização foram os políticos e muito poucos cidadãos, muitas poucas associações reivindicam uma regionalização concreta, e, os políticos e os partidos quando partilharam a causa da regionalização não se entenderam minimamente, de tal maneira que, hoje cada partido tem o seu projecto de regionalização. Aveiro por azar está na charneira de interesses de, pelo menos duas regiões; salientou que, ao falar de regionalização poderia repetir as palavras do Prof. António Barreto: "cuidado! cuidado e devagarinho..., quando o povo, os cidadãos, os autarcas, pedirem a regionalização, então vamos à regionalização porque ela é precisa."

A regionalização está relacionada com o desenvolvimento, não está relacionada com os interesses partidários. Porque é que hoje cada partido tem o seu mapa das regiões? porque entendem a regionalização como um interesse partidário, quando não o é! a regionalização é um problema de desenvolvimento equilibrado, e isso, tem que ser sedimentado na sociedade civil.

A finalizar, disse que o PROT está concerteza desactualizado, supõe no entanto que quem fez o PROT e fez este PDM tem concerteza a abertura suficiente para conciliar os dois documentos e, tudo aquilo que fôr avançado pela Câmara ao abrigo do PDM que foi aprovado por este órgão, concerteza que terá acolhimento no PROT, através de uma revisão ou de uma actualização, tanto mais que este Governo tem nessa área um tratamento privilegiado, as promessas que foram feitas, foi que a atenção sobre a questão da regionalização seria muitíssimo grande e concerteza que não ficará por resolver qualquer problema de incompatibilidade actual entre o PROT e o PDM.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Diogo Machado, disse ser também sua opinião que a regionalização não tem que servir interesses partidários, mas sim exclusivamente interesses sociais e económicos das regiões. Acrescentou que, em sua opinião, não é

líquido que neste momento a regionalização traga algumas vantagens. Concretamente no caso de Aveiro, é pretendida pelo Porto e Coimbra e, em sua opinião, Aveiro não está a ter força suficiente para se fazer ouvir naquilo que é importante salvaguardar para Aveiro.

Prosseguindo solicitou esclarecimentos relativamente às negociações com o Governo Central, no que respeita à aquisição pela Câmara das instalações do BIA e, em que medida é que as zonas de protecção do BIA interferem com o Plano de Sá-Barrocas.

Em matéria de Protecção Civil, pretendeu esclarecimentos sobre a reactivação da denominada Comissão Municipal de Protecção Civil; como é que vai ser reactivada? quem vai fazer parte dessa Comissão, em que condições e com que competências?

Finalmente, no que se refere ao Plano Municipal de Protecção Civil, solicitou também esclarecimentos sobre o que é que está a ser feito em termos de organização deste Plano, uma vez que entende que se deve dar toda a prioridade a esta matéria, para que se possa acudir com êxito a eventuais situações de calamidade pública.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Dias da Silva, para referir que mais uma vez constata que a freguesia de Cacia continua esquecida pela Câmara Municipal, no que se refere a melhoramentos para aquela freguesia. Saliu que há toda uma série de circunstâncias que o levam cada vez mais a ficar convencido que há má vontade por parte do Executivo no que respeita à execução de melhoramentos nesta freguesia; por isso, acrescentou que não o repugna nada se um dia destes o Sr. Presidente da Câmara vir entrar pelo seu gabinete todos os elementos da Junta de Freguesia para lhe entregarem as chaves do edifício sede, em sinal de protesto.

Novamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, depois de tecer alguns comentários sobre regionalização, salientou que a mesma deve ser lançada de uma forma não política. Segundo este Vogal, diz-se e é verdade, que o que custa mais sobre o ponto de vista financeiro numa regionalização, é fazer os tracinhos de fronteiras entre as regiões. Esse é o ponto de não retorno, ou seja, alterar no mapa os limites das regiões é o mais caro que pode acontecer no processo de regionalização. Isto aconselha a que todos os governos responsáveis, devem fazer tudo o que diz respeito à regionalização e só no fim definir as fronteiras; ou seja, do seu ponto de vista, as CCR's, quer tenham sido implantadas pelo Dr. Mário Soares, quer tenham sido implantadas

pelo Prof. Cavaco Silva, foram-no da maneira mais correcta. Oxalá que este processo que é delicadíssimo, chegue ao termo final, que é o risco do mapa das fronteiras, sem levantar o fantasma da divisão nacional, da coesão e da unidade nacional.

Prosseguindo, apelou ao Partido Socialista através dos seus representantes nesta Assembleia, que tenham muito cuidado com esta matéria. Acrescentou que a regionalização é antes de tudo, um problema económico e técnico, não é um problema político. Por isso, considerou que um governo responsável, talvez chegue à conclusão que é preferível fazer uma regionalização por etapas, inclusivamente recuperando uma ideia que surgiu nos últimos meses, ou seja fazer uma regionalização de geometria variável, começando por Associações Intermunicipais e depois terminar daqui a alguns anos com uma regionalização que o povo diga: "sim senhor, parámos, isto está bem ficamos assim."


Seguidamente no da palavra o Sr. Presidente da Câmara, prestou vários esclarecimentos relacionados com as questões que entretanto foram levantadas.

Usou também da palavra o Vereador Albuquerque Pinto, para no âmbito da Protecção Civil prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00Horas e 35 minutos do dia 10.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


João Pedro Pereira
João Pedro Pereira
João Pedro Pereira